



Princípios da CGD em Matéria Tributária

Original Portuguese Version

A Caixa Geral de Depósitos (CGD) tem a sua Sede Social em Portugal e em conjunto com as suas subsidiárias é conhecida comercialmente como “Grupo CGD” que, para além de Portugal, contempla as suas sucursais e bancos na Europa, Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), bem como na Ásia - China, Macau e Timor Leste.

No cumprimento da sua missão de contribuir de forma decisiva para o desenvolvimento económico nacional, num quadro de evolução equilibrada entre rentabilidade, crescimento e solidez financeira, acompanhado por uma prudente gestão dos riscos que reforce a estabilidade do sistema financeiro nacional, a Caixa Geral de Depósitos (CGD) e os seus Colaboradores regem-se por valores fundamentais que enformam também a sua atuação em matéria tributária, de que se destacam os seguintes:

- Rigor;
- Transparência na informação;
- Segurança das aplicações;
- Integridade; e
- Respeito pelos interesses confiados.

Para cumprimento da sua missão e promoção dos valores referidos, a atuação da CGD em matéria tributária obedece às seguintes diretrizes:

- Monitorizar permanentemente o enquadramento tributário das empresas do Grupo, das atividades por estas desenvolvidas e dos produtos e serviços por elas oferecidos, assegurando um conhecimento adequado pelos Colaboradores envolvidos nos atos e procedimentos relevantes que permita o cumprimento das obrigações tributárias aplicáveis;
- Prestar, em tempo útil, informação clara, correta e atualizada aos diferentes *stakeholders* quanto à posição assumida relativamente a matérias tributárias relevantes no âmbito da relação estabelecida com tais *stakeholders*, não apenas no cumprimento das obrigações que nesta matéria decorrem da lei;
- Cumprir os princípios e as regras de preços de transferência aplicáveis;
- Não abdicando de otimizar as operações a desenvolver e os produtos e serviços a oferecer também no que ao seu enquadramento fiscal respeita, recusar ativa e veementemente a participação em atos, transações ou atividades que possam ter como objetivo ou resultado a evasão fiscal, assumindo como desvalor neste âmbito a opacidade e ou a relação com países ou territórios que não observem as regras de transparência internacionalmente aceites e que contribuam para a erosão das matérias tributáveis;



- Quando necessário ou aconselhável, recorrer ao apoio de consultores externos que, para além de cumprirem as regras de independência previstas na lei ou em normativo interno, garantam a observância de valores equivalentes aos aqui enunciados;
- Gerir o contencioso em matéria tributária de acordo com princípios de rigor e de defesa intransigente dos interesses da CGD, mas atuando sempre de boa-fé e com lisura;
- Promover um relacionamento adequado com a administração fiscal e outras entidades que relevem em matéria tributária, participando nas iniciativas que possam contribuir para a melhoria do sistema fiscal ou da aplicação das normas;
- Divulgar adequadamente e com transparência a informação sobre matérias tributárias nos documentos de prestações de contas;
- Dotar os Órgãos de Estrutura aos quais compete, em primeira linha, a criação das condições para a observância das presentes diretrizes quanto aos recursos humanos e materiais necessários para o efeito.

Os Princípios da CGD em Matéria Tributária aplicam-se transversalmente no âmbito do Grupo CGD.

O Conselho de Administração é o responsável máximo pelos Princípios da CGD em Matéria Tributária, sendo da responsabilidade da Comissão Executiva a gestão corrente da CGD em estrita observância das diretrizes aqui estabelecidas.

A divulgação, implementação e monitorização dos Princípios da CGD em Matéria Tributária é da competência da Direção de Assuntos Jurídicos (DAJ), estando subjacente a articulação com as estruturas designadas pela CGD em matéria de sustentabilidade, de acordo com o Modelo de Gestão para a Sustentabilidade.

Os Princípios da CGD em Matéria Tributária são revistos periodicamente no âmbito do Modelo de Gestão para a Sustentabilidade, de forma a assegurar que o seu conteúdo se mantém atualizado e é adaptado em função da reflexão que é permanentemente induzida pela sua aplicação prática.

Todas as incompatibilidades, inconsistências, dúvidas ou divergências na aplicação dos Princípios da CGD em Matéria Tributária que sejam identificadas por qualquer Órgão de Estrutura ou Colaborador, deverão ser comunicadas à Comissão Executiva, que promoverá as ações necessárias.

Data de publicação: Agosto de 2018.



CGD Guiding Principles on Tax Related Matters

Adaptation of the original Portuguese version / Voluntary disclosure

Caixa Geral de Depósitos (CGD) has its Corporate Head Office in Portugal and together with its subsidiaries is known commercially as “CGD Group” which, in addition to the Portuguese country, is represented by its branches and banks in Europe, in the Portuguese-speaking counties in Africa, as well as in Asia - China, Macao and East Timor.

Fulfilling its mission of making a decisive contribution towards Portugal's economic development within a framework of a balanced evolution between profitability, growth and financial soundness, accompanied by prudent risk management that strengthens the stability of the Portuguese financial system, Caixa Geral de Depósitos (CGD) and its Employees are governed by fundamental values that also shape their performance in tax matters, of which the following stand out:

- Rigor;
- Transparency in information;
- Security of applications;
- Integrity; and
- Respect for trusted interests.

In order to carry out its mission and promote the aforementioned amounts, CGD's performance in tax matters trails the following guidelines:

- To permanently monitor the tax structure of CGD Group companies, their activities and the products and services provided, ensuring an adequate knowledge on behalf of the Employees involved in the relevant acts and procedures in order to assure compliance with applicable tax obligations;
- To provide, in a timely manner, clear, correct and up-to-date information to different stakeholders regarding the position taken as concerning relevant tax matters within the scope of the relationship established with such stakeholders, not only in compliance with the obligations arising in this matter from the law;
- To comply with applicable transfer pricing rules and principles;
- Not to abdicate to optimize the operations to be developed and the products and services to be offered, also in respect of its fiscal environment, to actively and vehemently refuse to participate in acts, transactions or activities that may have objective or result tax evasion, assuming as a devaluation opacity and / or relations with countries or territories which do not comply with the internationally accepted rules of transparency and which contribute to the erosion of taxable materials;
- To use, when necessary or advisable, the support of external consultants who, in addition to complying with the rules of independence provided for by law or by internal regulations, ensure compliance with values equivalent to those set forth herein;



- To manage litigation in tax matters according to principles of rigor and uncompromising defense of CGD's interests, acting always in *good faith* and with fairness;
- To promote an appropriate relationship with the tax administration and other entities that are relevant concerning tax matters, participating in initiatives that may contribute to the improvement of the tax system or the application of standards;
- To adequately and transparently disclose the information on tax matters in documents of the rendering of accounts;
- To provide the Structure Bodies, which are primarily responsible for creating the conditions for compliance with the present guidelines, catering the human and material resources required for this purpose.

The CGD Guiding Principles on Tax Related Matters applies across the CGD Group.

The Board of Directors is fully responsible for CGD's Guiding Principles on Tax Related Matters and for ensuring the daily management of the Bank and its subsidiaries, in strictly accordance with the guidelines set forth herein.

CGD's Guiding Principles on Tax Related Matters are disseminated, implemented and monitored by the Legal Affairs Department (DAJ), underpinning the articulation with functional support structures endorsed by CGD in terms of Sustainability and in accordance to the Sustainability Governance Model.

CGD's Guiding Principles on Tax Related Matters are reviewed periodically in the framework of the Sustainability Governance Model to ensure that its content is kept up-to-date and adapted to the reflection that is constantly induced by its practical application.

All incompatibilities, inconsistencies, uncertainties or differences in the application of the CGD Guiding Principles on Tax Related Matters to be identified by any Structure or Collaborating Body must be communicated to the Executive Committee, which shall promote the necessary actions.

Date of publication: August 2018.